

A PARTIR DA CRÍTICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Estudos CEBRAP 20: 155-162. Republicado
em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*.
São Paulo: Editora Brasiliense, 1981: 171-178.

Fui honrado por uma crítica de José Arthur Giannotti a minhas “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção”. A crítica começa por um elogio à coragem de tentar um esboço de um modo de produção além do capitalismo, mas logo adiciona que acabei caindo no engodo da tipologia transformada em um gesto estéril de nomenclatura. Ora, nada mais afastado de minhas preocupações do que as classificações, as definições, que geralmente fecham e petrificam um pensamento, que deve ser aberto e dinâmico como o próprio objeto histórico que está sendo analisado. A proposta teórica contida em meu trabalho não pretende obviamente manter-se adstrita a Marx na análise de um novo modo de produção, já que este não existia no seu tempo. Os traços do surgimento de uma burocracia, principalmente ao nível do Estado, nas formações capitalistas do século XIX, não autorizavam naquela época a identificação de uma nova classe social e de um novo modo de produção. Mas pretendo ser fiel ao método marxista consubstanciado no materialismo histórico e dialético. E nada mais estranho a esse tipo de pensamento do que as tipologias. O método dialético é crítico e totalizante. Procura estabelecer as interdependências em lugar das relações lineares de causa e efeito. E se orienta para a criação de conhecimento novo, ao invés de procurar codificar, classificar, denominar conhecimento antigo.

Este é importante antes para ser criticado do que para ser submetido à exegese e à aprovação dos sábios, guardiões das verdades sagradas e estabelecidas.

Giannotti começa criticando meu conceito de propriedade organizacional ou estatal. Mas se sua leitura foi crítica, não foi completa. Toma um trecho do trabalho e conclui que, se o Estado possui os meios de produção e

se o fizer sob a forma de valor, se cada empresa estatal continuar a produzir *mercadorias*, se ainda os custos de produção forem computados segundo seus preços de reposição, a simples propriedade estatal não passa a indicar, de maneira alguma, novo modo de produção.

Ora, bastava ao crítico ir adiante algumas páginas mais para ler que “o processo de generalização de mercadoria, ou seja, a transformação de todos os bens em mercadorias dotadas de valor de troca e destinadas a serem comercializadas no mercado, traço essencial do capitalismo, também deixa de ocorrer no modo de produção tecnoburocrático”. Para verificar esta hipótese em uma formação social concreta, em que o modo de produção estatal é claramente dominante, fui examinar a formação dos preços na União Soviética, tendo ficado óbvio que os mesmos não correspondem à quantidade de trabalho abstrato incorporado aos bens. No modo de produção tecnoburocrático há bens de consumo e instrumentos de produção, mas não há mercadorias nem capital no sentido de relações de produção definidas por Marx. Esclarecido este fato, entendo que a principal objeção teórica perde a razão de ser. Restaria, ainda, uma objeção de caráter factual: a de que em uma sociedade como a soviética continua a existir a generalização da mercadoria, apesar de nessa formação social os preços serem administrados politicamente e de a produção não ser realizada com o objetivo específico de criar valor, como acontece no capitalismo. Esta objeção, porém, não é formulada, mas simplesmente colocada em termos de pergunta por Giannotti. A economia soviética não é regida pelo valor, embora a lei do valor deva ter lá uma certa vigência.

A propósito, não posso me furtar à tentação de citar o meu próprio crítico, ainda que com o risco de ele voltar a desautorizar a citação. Em seu brilhante estudo sobre as Origens da dialética do trabalho lembra-nos que “a lei do valor tem vigência milenar (...) no entanto nenhuma sociedade anterior à capitalista pôs todo seu sistema produtivo em função do valor” (p. 196). Ora, no modo estatal ou tecnoburocrático a produção não visa a criar valor de troca, que garanta a apropriação de mais-valia pelo capitalista, mas atender às crescentes necessidades ou expectativas de consumo dos trabalhadores e dos próprios tecnoburocratas, de

forma a legitimizar a posição de comando destes últimos. Esta posição, que o tecnoburocrata assume em nome da tarefa de organizar a produção que ele evoca para si, garante-lhe uma participação privilegiada na renda. Na medida em que o sistema econômico produz um excedente, o tecnoburocrata vai se apropriar de uma parte considerável do mesmo na forma de ordenados. Esta apropriação, entretanto, ao contrário do que acontece com a mais-valia, não é realizada através do mercado, mas administrativamente. A razão da produção não é, portanto, a criação de valor de troca, mas a própria produção, na medida em que os tecnoburocratas, como organizadores da produção, legitimam assim seu poder e sua apropriação privilegiada do excedente.

Giannotti, entretanto, volta à crítica sob um outro ângulo, desautorizando o uso de uma citação que faço de seu estudo acima referido. Procuo, através dessa citação, salienta que o capital é uma relação de produção historicamente situada, é a propriedade privada pelo capitalista individual dos instrumentos de produção. Giannotti sugere que eu consulte seu capítulo IV, já que no III, de onde retirei a citação, ele se referia ao jovem Marx. Ora, atendi ao conselho e voltei ao capítulo sugerido. Mas não pude encontrar ali nada que contrariasse a conceituação histórica da relação de produção que é capital — relação que surge em determinado momento da história, quando a classe burguesa, saída do feudalismo, separa os meios de produção dos trabalhadores e se apropria deles privadamente, quando dinheiro e mercadorias passam a ser utilizadas pela burguesia, juntamente com a mercadoria força de trabalho, para criar um valor de troca maior e assim extrair mais-valia. É este o conceito de capital que conheço. Imagino que seja este o conceito que Marx e seu penetrante intérprete, que é o meu crítico, conhecem. A alternativa seria esvaziarmos o conceito de capital de seu conteúdo histórico e imaginar um capital sem burguesia, um capital desligado da classe social com o qual surgiu historicamente — um capital que se definisse pela propriedade coletiva dos meios de produção por parte da tecnoburocracia com a intermediação do Estado. Nesse momento estaríamos caindo em um formalismo e em um a-historicismo do tipo althusseriano, que teve em Giannotti um dos seus primeiros críticos, quando essa interpretação academicizante do marxismo entrava em plena moda nos meios intelectuais.

Giannotti, entretanto, observa que não distingo com clareza a relação de produção da propriedade tecnoburocrática. A crítica é oportuna, porque me permite esclarecer o problema e acrescentar alguns conceitos adicionais eventualmente importantes para a compreensão do novo modo de produção. Os conceitos de relação de produção e de propriedade são intimamente relacionados. Conforme observa Giannotti em seu livro,

retomemos a identidade entre as relações de produção e as relações de propriedade. As segundas configuram o aspecto estático da dinâmica das primeiras (...) configurando a tomada de consciência de uma situação concreta, com a conseqüente cristalização das tendências reais em norma e legalidade jurídica (p. 238).

No modo estatal ou tecnoburocrático de produção a relação de produção fundante deixa de ser o capital para ser a organização burocrática. A estratégia da tecnoburocracia, que lhe permite ganhar condição de classe, assumir o poder de participar do excedente econômico, é a de formar e ampliar sempre organizações burocráticas. Enquanto a razão de ser do capitalista é acumular capital e extrair mais-valia, a motivação básica do tecnoburocrata é criar e ampliar organizações, e principalmente a grande organização estatal que engloba todas as demais. A organização é uma realidade abstrato-concreta, é uma teia de relações entre pessoas e coisas estabelecidas formalmente segundo critérios racionais de eficiência econômica, é o campo de trabalho e a plataforma de poder dos tecnoburocratas. Se a base em que se assenta o modo de produção capitalista é a mercadoria fetichizada, reificada, transformada em objeto fantasmagórico, a base do modo de produção tecnoburocrático é a autoridade organizacional, racional-legal. E esta autoridade, como a mercadorias, também é fetichizada, também é transformada em objeto fantasmagórico, apesar de toda a sua pretensão de racionalidade. A alienação tecnoburocrática é fundamentalmente uma alienação à autoridade formal. O trabalhador é alienado dos instrumentos do seu trabalho, do controle desse trabalho e dos frutos do trabalho não apenas porque sua força de trabalho foi transformada em mercadoria, como no modo capitalista de produção, mas principalmente porque ele está submetido a uma autoridade burocrática fetichizada. Seu trabalho não é uma mercadoria do tecnoburocratismo, mas um insumo produtivo a ser empregado na logística da produção. Sua alienação está fundada no caráter de fetiche da autoridade, que leva o subordinado a obedecer ao chefe com relativa independência em relação ao sistema de incentivos e sanções estabelecido. É significativo observar, ainda, que esta alienação burocrática não

se limita aos trabalhadores diretos. Eles são suas maiores vítimas. Mas em grau menor a baixa e a média tecnoburocracia é também vítima do caráter fetichizante da autoridade, na medida em que obedece sem saber por que, na medida em que aceita a autoridade superior mesmo irracional sempre que ela estiver racionalmente (legalmente, formalmente) definida.

A organização burocrática e, em última análise, a organização burocrática estatal é a relação de produção fundamental do modo estatal. A propriedade é coletiva. Os tecnoburocratas têm a propriedade coletiva da organização burocrática. Esta realidade concreto-abstrata, por sua vez, tem a propriedade dos instrumentos de produção e se encarrega de empregar trabalhadores. A rigor, a acumulação de capital desaparece nesse modo de produção. No plano do sistema produtivo temos é acumulação de instrumentos de produção pela organização burocrática; no plano da organização social da produção, temos a criação, ampliação e complexificação de organizações.

Giannotti, entretanto, tem ainda outras dúvidas relevantes. Quer um esclarecimento melhor sobre o ordenado e sobre o caráter produtivo ou não do trabalho do tecnoburocrata. Minhas opiniões sobre trabalho improdutivo não são *sui-generis*, foram apenas e deliberadamente contraditórias. Convém esclarecer. A referência a Adam Smith, para limitar o trabalho produtivo e o trabalho manual direto na produção, não é fortuita. Destinou-se a distinguir o trabalho direto do indireto, o trabalho manual do trabalho de planejamento e gestão, próprio do tecnoburocrata. Ora, este trabalho, abandonado a contexto de Adam Smith, é obviamente produtivo. O gestor é diretamente responsável pela administração da produção. Enquanto ele trabalha para o capitalista, como o funcionário do capital, ele produz mais-valia, mas, ao contrário dos trabalhadores, ele se apropria de uma parte dessa mais-valia através de ordenados crescentes. Trata-se de um “trabalho superior” nos termos de Marx (*O Capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, Livro 1, p. 222). Quando desaparece o capitalismo, seu trabalho continua produtivo. A produtividade, entretanto, é a base econômica do ordenado tecnoburocrático apenas na medida em que permite produzir e reproduzir um excedente. A determinação do total de ordenados como parcela do excedente global da sociedade e a divisão desse total de ordenados entre os tecnoburocratas não são realizadas de acordo com a produtividade do trabalho de cada um (aliás,

muito difícil, senão impossível, de ser medida), mas de acordo com a posição na hierarquia organizacional. O caráter produtivo do trabalho técnico e gestor também serve, naturalmente, de instrumento ideológico para legitimar a apropriação privada do excedente pelos tecnoburocratas. Por outro lado, é óbvio que uma estratégia básica dos tecnoburocratas, semelhante à dos capitalistas, é a de evitar que os trabalhadores se tornem administrativamente competentes. Não é por outra razão que tecnoburocratas (e obviamente capitalistas) procuram evitar e condenar qualquer tentativa autogestionária e mesmo cogestionária, através da qual o trabalho do trabalhador e o do gestor se confundam; é por isso que pretendem atribuir às atividades de gestão uma especificidade que a tornaria inatingível aos trabalhadores. Esta estratégia de dominação, entretanto, não deve obscurecer o caráter produtivo do trabalho técnico e administrativo.

Pergunta Giannotti como se resolve o problema da reposição do ordenado? Justificar-se-ia ele à base de um monopólio de saber semelhante ao monopólio do dono da terra, que recebe uma participação na mais-valia? Ora, não interessa justificar formas de apropriação do excedente nos diferentes modos de produção. Desde que haja excedente sendo produzido, apropriar-se-ão dele aquelas classes que, seja por terem a propriedade dos meios de produção, como no capitalismo, ou a propriedade da terra, como no feudalismo, constituem-se em classes dominantes; nestas condições são capazes de se apropriar do excedente através do mercado em um caso ou através da força e da tradição no outro caso. No modo tecnoburocrático, os tecnoburocratas constituem-se em classe dominante porque assumem a propriedade da organização burocrática. Fazem-no a partir de um pressuposto de competência técnica e organizacional. E a partir dessa posição estratégica são capazes de se apropriar de ordenados, ao mesmo tempo em que reservam uma parte do excedente econômico para a acumulação de bens de produção e o desenvolvimento técnico-científico — as duas condições básicas para o contínuo aumento da produtividade e da capacidade produtiva.

Os ordenados são uma parte do excedente, não da mais-valia capitalista. Em formação sociais mistas, como a brasileira, pode-se ter a impressão de que os ordenados são uma parcela da mais-valia. Na verdade, ordenados e lucros em uma formação desse tipo ao mesmo tempo se reforçam e se contradizem, refletindo a relação ambígua dos tecnoburocratas e capitalistas, ao mesmo tempo

aliados e concorrentes na apropriação do excedente econômico. Considero dispensável observar que esse tipo de análise nada tem a ver com as teses de Raymond Aron e outros ideólogos da “sociedade industrial”.

Voltando ao modo de produção tecnoburocrático em sua forma pura, o tecnoburocrata não se apropria privadamente de todo o excedente. Vimos que ele reserva uma parte considerável do mesmo para a acumulação de meios de produção e, crescentemente, para financiar pesquisas orientadas para o progresso técnico-científico. Chamei a essa parte do excedente de “lucro estatal”, e Giannotti, a partir desse nome que dei, dada a falta de outro, identifica essa variável com o lucro capitalista ou mais-valia, e imediatamente afirma que, “como qualquer economista burguês”, parto do lucro como um dado. Ora, economistas burgueses eram os clássicos, os neoclássicos e os keynesianos. Não me consta que eles tenham examinado o problema que estou estudando e muito menos que tenham utilizado o método que estou usando. Na verdade, creio que se trata de uma confusão de meu crítico a partir de nomes. O lucro estatal nada tem a ver com o lucro capitalista. O “lucro” estatal é o fruto da decisão política dos tecnoburocratas. Dados a produção total e o consumo necessário dos trabalhadores, sobra um excedente, que é dividido politicamente entre ordenados e lucro estatal, reservando-se ainda uma parcela para fazer os trabalhadores participarem (o mais modestamente possível) do excedente marginal. A participação dos trabalhadores é necessária para mantê-los politicamente sob controle. A divisão entre ordenados e lucro estatal vai depender da taxa planejada de crescimento considerada politicamente desejável pela classe dominante e da relação produto-capital marginal vigente na economia. No modo de produção capitalista puro, a renda é igual a salários mais lucros. Obviamente, porém, não há nenhuma justaposição de salários e lucros capitalistas a ordenados tecnoburocráticos para se obter o novo modo de produção. No modo de produção tecnoburocrático, só temos “salários” na falta de outra expressão, já que a força de trabalho deixa de ser uma mercadoria; lucros não existem, há o excedente estatal ou lucro estatal, cuja natureza é totalmente diversa.

Esta última crítica de Giannotti traduz bem sua dificuldade em aceitar e em criticar o modo estatal de produção, na medida em que ele se atém a critérios e conceitos que pertencem a outro modo de produção, o capitalista. Sua resistência em aceitar este fenômeno histórico novo, porém, é perfeitamente compreensível. Ela é compartilhada por muitos. Não creio que seja simplesmente a resistência ao

novo. Reflete, também, por parte da esquerda, o desejo de não desviar o problema político fundamental da luta entre a burguesia e a classe trabalhadora. É sem dúvida, mais fácil pensar apenas no socialismo como alternativa ao capitalismo. Mas é também muito perigoso, porque, na medida em que ignorem a tecnoburocracia, os trabalhadores e seus intelectuais orgânicos estarão sempre ameaçados de derrotar a burguesia para serem dominados em seguida pela tecnoburocracia. É mais fácil ter apenas um adversário do que dois, mas, se existem os dois, é arriscado e irresponsável identificar apenas um.

Na fase de elaboração das “Notas introdutórias”, os comentários de Giannotti, como o de outros amigos, que agradeço no final do trabalho, já haviam sido de extremo valor para mim, tendo-me levado a reformular e aprofundar uma série de conceitos da primeira versão do trabalho. Sua crítica ao trabalho acabado não me sugere qualquer reformulação, mas sem dúvida foi o estímulo para que eu pudesse aprofundar alguns pontos importantes. Permitiu-me que, nesta resposta, fosse além da crítica a partir da crítica.